



Os ministros econômicos e os chanceleres dos onze países, em Cartagena.

O FMI volta em agosto

A missão vem preparar a sexta carta de intenções

A missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) virá em agosto já preparada para a elaboração da sexta carta de intenções do Brasil ao Fundo, afirmou ontem fonte do Ministério da Fazenda. Técnico do Banco Central reconheceu que a avaliação do desempenho da economia brasileira no primeiro semestre pode exigir nova carta de intenções para a fixação das metas de final de ano.

Dentro da perspectiva da inflação semestral chegar perto de 75%, técnicos do Banco Central admitem o desvio na meta de déficit público nominal de Cr\$ 23,75 trilhões ao final de junho e de Cr\$ 35,5 trilhões para setembro. Alguns técnicos do Ministério da Fazenda afirmam também que o teto de déficit público operacional de Cr\$ 600 bilhões para o período janeiro-setembro já está comprometido.

O desvio no comportamento da inflação atinge mais o déficit nominal, já que, em termos reais, o exíguo das correções monetária e

cambial facilita o cumprimento das metas do FMI. Porém, nem todas as rubricas do déficit público permitem a correção automática, diante da diversidade de contas, o que deverá ser explicado à missão do Fundo.

A missão também deverá acertar com o FMI o critério de contabilização dos Certificados de Depósito Bancário (CDB) do Banco do Brasil, após a utilização desses papéis como alternativa ao crescimento da dívida pública interna. Embora o uso de CDB do Banco do Brasil permita a contenção do crédito da dívida pública interna, com reflexos positivos no déficit público, a opção provoca pressão expansionista sobre o crédito interno líquido.

Porém, no fechamento deste semestre, os ganhos na balança comercial geraram reservas cambiais adicionais e até permitiram a neutralização do desvio na expansão da base monetária — emissão primária de moeda — de janeiro a junho, na apuração do saldo do

crédito interno líquido. Por isso, o Banco Central preferiu aproveitar a margem no crédito interno líquido para reduzir a pressão em outro critério de performance, o déficit público.

Dentro destas manobras contábeis das autoridades monetárias, o Banco Central aproveitou ainda para usar a estrutura do Banco do Brasil para buscar recursos no interior com a colocação de CDB, a exemplo do que já ocorreu com a venda de ações do BB. Com a exploração da poupança do interior, o Banco Central entendeu que a captação mais agressiva do BB não pressionará as taxas do mercado.

De qualquer forma, as divergências introduzidas pela Argentina podem influenciar os entendimentos das autoridades brasileiras com os membros da missão do FMI. Os técnicos mais otimistas da área financeira não esperam mudanças de estratégia, mas aguardam a confirmação da maior flexibilidade na avaliação e na fixação das metas futuras do fundo para o Brasil.